

INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS DEFICIENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo de caso

Leidy Jane Claudino de Lima; Jorge Fernando Hermida

PPGE/UFPB – leidyjane.nunes@bol.com.br; Professor do MPGOA e do PPGE da UFPB –
jorgefernandohermida@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo apresenta dados de uma pesquisa realizada no município de João Pessoa (PB), e tem como objetivo analisar uma proposta de diagnóstico psicopedagógico interdisciplinar, para identificar o grau de deficiência intelectual em uma criança de seis anos, que frequenta uma Escola de Educação Infantil do município. A questão norteadora da pesquisa foi a seguinte: *como elaborar técnicas projetivas e sessões lúdicas que contribuam para realizar o diagnóstico das crianças, no sentido de poder detectar o grau de deficiência de modo a poder auxiliar no planejamento de conteúdos aos professores?* Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. O método aplicado foi o descritivo. No que diz respeito aos sujeitos, a pesquisa foi aplicada a uma criança que frequentava a Turma Infantil IV (de seis anos de idade) de uma escola particular mantida por uma fundação nacional, e sua respectiva mãe. A pesquisa conclui que a proposta de diagnóstico psicopedagógico mostrou-se altamente confiável para auferir o grau de deficiência da criança, assim como também para identificar suas potencialidades e principais dificuldades. No entanto, é preocupante que o trabalho diagnóstico não tenha sido valorizado pela Direção da escola, ao não liberar a professora da Turma onde estudava a criança, para ouvir as principais considerações que o relatório apresentava. Para poder garantir a inclusão educacional das crianças deficientes, é necessário garantir o direito à educação das crianças na perspectiva de poder efetivar uma proposta educacional de qualidade, socialmente referenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Inclusão Educacional; Crianças Deficientes.

1. INTRODUÇÃO

A proposta para a Educação Inclusiva no Brasil, tem se configurado como uma urgência nas escolas da rede pública e privada de ensino regular, no tocante ao dever de se fomentar práticas para combater a exclusão educacional das crianças com deficiência. No marco deste trabalho,

O termo deficiência intelectual é empregado quando um determinado indivíduo apresenta desempenho cognitivo abaixo do esperado para sua faixa etária e grupo cultural, com início antes dos 18 anos de idade e com prejuízo em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação, auto cuidado, vida doméstica, relações sociais ou interpessoais, auto orientação, habilidades acadêmicas, saúde e segurança (MAIA, 2011).

A nova legislação, aprovada depois da Constituição Cidadã, procura permitir que toda criança deficiente tenha direito ao acesso educacional em ambientes formais de aprendizagem, sem qualquer exceção, independentemente da sua condição social, cognitiva, psicológica e afetiva que leve ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades em condições de igualdade de oportunidades. Essa necessidade surge em meio a reivindicações históricas da luta pelos direitos de igualdade e acesso a educação das pessoas com deficiência no Brasil, que ao longo dos anos viveram em situação de segregação educacional.

Nesse sentido, espera-se da escola que a mesma consiga atender as demandas da Educação Inclusiva, com base nos princípios éticos e de equidade que apregoa a nova legislação educacional. Garantindo, desta forma, a igualdade de oportunidades de acesso para todas as crianças nascidas no Brasil.

Todavia, percebemos no interior das escolas brasileiras um distanciamento com relação aos objetivos propostos e as práticas de inclusão adotadas para combater a exclusão. Para Edler (2014, p. 76), “...vivemos um enorme desafio: como efetivar na prática, os direitos assegurados a todos, para que possam se beneficiar da educação de qualidade?”. Nessa visão é necessário conceber uma educação de qualidade, socialmente referenciada, que articule o significado entre o ideal integracionista/inclusivista e os recursos humanos e materiais disponíveis nas escolas que atendem a crianças deficientes, para assim poder efetivar o direito à educação inclusiva.

Como prática de garantia do direito a educação escolar, se configuram também ações no campo da legislação como uma conquista histórica de todos que compõem a educação especial e inclusiva no Brasil. A legislação educacional ao longo dos anos tem se moldado a ações que fomentem as práticas inclusivas propiciando o acesso ao sistema escolar formal desses educandos. Para Beyer (2013, p.53), “...há um descompasso muito forte entre o que se propõem e o que se quer,



em termos de lei, e a viabilidade operacional do sistema escolar – público e particular –, nos diferentes estados brasileiros”. Configuram-se desta forma as ações como princípios de obrigatoriedade ao direito dos educandos com deficiência de terem acesso à educação escolar.

As políticas públicas de inclusão no Brasil são evidenciadas como marco legal de direito de igualdade de oportunidades a todos os brasileiros na Constituição Federal de 1988, e posteriormente concebida como legislação oficial em: no Capítulo IV da [Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990](#), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei nº 9394/96); Na meta 4 Do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014); e, recentemente na Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 – que trata da Política Nacional para a Educação Especial.

Todavia, observamos que no cenário educacional atual, muitas crianças ainda permanecem inseridas no sistema regular de ensino necessitando de inclusão social, pois apresentam diversos problemas de ordem relacionados às dificuldades de aprendizagem que não são valorizadas e consideradas para compreender as causas que ocasionam em barreiras para o aprendizado formal no espaço escolar. A falta de alternativas de inclusão que ocasionam nos modelos pedagógicos inadequados e o desconhecimento das reais necessidades dos educandos, têm contribuído para a exclusão dos mesmos. Essa visão crítica das limitações do sistema educacional de ensino brasileiro é ressaltada por Beyer, quando ele afirma:

Assim, uma escola para todos nunca existiu. A escola inclusiva ou a escola com uma proposta de inclusão escolar tem se proposto (ao menos paradigmaticamente) a atender todas as crianças, sem qualquer exceção. Nesse sentido não determina distinções de espécie alguma, no que tange as características diversificadas de aprendizagem de seus alunos (Beyer, 2014, p.13).

Diante dessa nova realidade educacional, passa a ser necessária a implantação de ações que propiciem a inclusão das crianças com deficiência. Dentre as ações, destacamos como sendo uma importante estratégia psicopedagógica, a composição de diagnósticos clínicos que permitam auferir o nível de deficiência (ou não), no sentido de colher dados sobre a criança que possam ser utilizados para orientar os processos de ensino e aprendizagem. Visando desta maneira, garantir o pleno desenvolvimento dos educandos no âmbito pedagógico, intelectual e social.

As considerações supracitadas nos conduziram à elaboração do seguinte problema: *como elaborar técnicas projetivas e sessões lúdicas que contribuam para realizar um diagnóstico das crianças, no sentido de poder detectar o grau de deficiência de modo a poder auxiliar no planejamento de conteúdos aos professores?*

Na opinião dos autores deste artigo, o combate à exclusão deveria estar pautado na composição do diagnóstico clínico que esclareça quais as causas que resultam em barreiras para o seu aprendizado que resultem em soluções para combater uma das tantas exclusões que sofrem os deficientes. De fato, mesmo que aconteça a inclusão da criança deficiente, corre-se o risco que ela fique marginalizada no acesso ao saber escolar. Acredita-se que com um bom diagnóstico, se possa conhecer o grau de deficiência da criança, ao tempo que esse dado também sirva para o planejamento escolar dos professores. De modo a adequar os procedimentos metodológicos de acordo às dificuldades específicas apresentadas por cada criança.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. O método aplicado foi o descritivo. No que diz respeito aos sujeitos, a pesquisa foi aplicada a uma criança que frequentava a Turma Infantil IV (de seis anos de idade) de uma escola particular mantida por uma fundação nacional, e sua respectiva mãe. Para a mãe foi aplicada uma entrevista contratual e anamnese. Com a criança foi realizada uma entrevista operativa, centrada na aprendizagem, e posteriormente sessões lúdicas e a aplicação de técnicas projetivas (Jorge Visca), a prova do realismo nominal (Emilia Ferreiro), provas operatórias (Jean Piaget), jogos didáticos, atividades pedagógicas e análise do material escolar.

O presente artigo foi organizado em três partes, além da Introdução e das Considerações Finais. A primeira parte trata do marco teórico de referencia, tendo como propósito conceituar palavras importantes, necessárias para a compreensão do trabalho. Na parte seguinte, apresenta a Metodologia seguida para concretizar a pesquisa, focando no antes, durante e depois da pesquisa. A terceira parte apresenta os resultados e a discussão, produto da análise e interpretação das atividades desenvolvidas com a criança. O artigo se encerra com a apresentação das Considerações Finais.

2. MARCO TEÓRICO

A psicopedagogia consiste na área do conhecimento humano preocupada com os problemas que interferem nos processos de aprendizagem do ser por meio do comprometimento das suas funções psíquico-social, cognitiva, e também dos transtornos orgânicos que casam prejuízo nos processos de aprendizagem. “A psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana; seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio familiar, escola e sociedade no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da psicopedagogia. (CÓDIGO DE ÉTICA DA ABPp, 1993). Ou seja, a psicopedagogia nos orienta a necessidade de entender o ser que apresenta dificuldades de aprendizagem nas suas dimensões

psíquica, social e cognitiva. Tais dimensões estão relacionadas entre si e influenciam de forma global nos processos de aquisição da aprendizagem.

De acordo com (MAIA, 2011), a aprendizagem representa uma mistura complexa de diversos elementos: pedagógicos, emocionais, culturais e biológicos. Na medida em que uma criança apresenta problemas que dificultem seu desenvolvimento para aquisição dos aprendizados, todas essas áreas devem ser analisadas. Sendo o Psicopedagogo o profissional centrado em investigar e solucionar os problemas que impedem o seu desenvolvimento. Sua atuação ocorre de forma integrada fazendo os encaminhamentos necessários às demais áreas especializadas, a exemplo da psicologia e a neurologia. Também é responsável pela formulação de estratégias de acompanhamento e apoio familiar e escolar sempre que necessário.

O objeto central de estudo da psicopedagogia está vinculado aos problemas e dificuldades de aprendizagem, preocupada em resolver os distúrbios da aprendizagem que comprometem o desenvolvimento psíquico-social e cognitivo do ser humano, que muitas vezes surgem articulados entre si. Dessa forma a psicopedagogia atua de forma dinâmica frente aos problemas de aprendizagem tendo na sua atuação um caráter preventivo e interventivo.

Vejam os que nos diz SCOZ (2004), acerca da psicopedagogia enquanto campo do conhecimento:

Enquanto campo do conhecimento em construção sobre a articulação entre o psíquico e cognitivo e suas profundas relações com a gênese da aprendizagem, a psicopedagogia tem se constituído num espaço plural e multidisciplinar, na procura constante de aportes teóricos construtores de sua epistemologia e propiciadores de sua fundamentação. (SCOZ, 2004, p.23).

Dessa forma, entendemos a Psicopedagogia como uma ciência, pelo seu caráter epistemológico que estuda os processos de aquisição da aprendizagem humana em concordância com as demais ciências, como a pedagogia e psicologia.

No âmbito da Psicopedagogia clínica, o psicopedagogo atua de forma investigativa e interventiva com foco nos problemas que causam o insucesso para a efetivação nos processos de aprendizado dos educandos. A sua atuação consiste no entendimento do ser nas áreas: emocional, relacional, cultural e dos fatores orgânicos e pedagógicos que causam transtornos de aprendizagem, com o intuito de sanar as suas dificuldades. Sua atuação consiste na elaboração de diagnósticos por meio da investigação e do atendimento clínico com caráter interventivo.

Para realização do atendimento clínico psicopedagógico nos baseamos nas ideias de Sampaio (2012), Visca (1991), Weiss (2006), Piaget (1973) e Ferreiro (2007). Tais ideias foram de



suma importância durante o processo de elaboração do diagnóstico, porque nos deram respaldo teórico para o desenvolvimento do diagnóstico clínico. Para a organização das etapas do diagnóstico clínico podemos contar com as ideias de Sampaio (2012), que tem como base a teoria convergente de Visca (1991). Suas ideias nos dizem o seguinte a cerca do diagnóstico clínico para a escolha dos procedimentos adotados durante a execução da prática psicopedagógica:

O diagnóstico psicopedagógico clínico tem como objetivo identificar as causas dos bloqueios que se apresentam nos sujeitos com dificuldades de aprendizagem. Estes bloqueios apresentam-se por meio de sintomas que podem se manifestar de diferentes maneiras: baixo rendimento escolar, agressividade, falta de concentração etc. (SAMPAIO, 2012, p. 17).

A aplicação das técnicas projetivas de Visca (1991) foi de suma importância para a compreensão dos vínculos que são estabelecidos com a aprendizagem. Pois, revelaram às características de cunho sócio emocional dando o significado dos vínculos de aprendizado com a escola, a família e consigo mesmo. “Na Epistemologia Convergente, todo o processo diagnóstico é estruturado para que se possa observar a dinâmica de interação entre o cognitivo e o afeto de onde resulta o funcionamento do sujeito” (Bosse, apud SAMPAIO 1995, p.80).

Para melhor entendimento do processo de formação do pensamento, nos embasamos nas ideias de Terra (Piaget 2015). Através da sua teoria explica as etapas do desenvolvimento cognitivo, nos permitindo por meio da aplicação das provas operatórias identificar o estágio cognitivo e avaliar a lógica do pensamento. As ideias de Emília Ferreiro (1984), em sua obra a “Psicogênese da língua escrita”, que documenta a identificação do processo de aquisição da língua escrita também foram importantes. Pois, nos deram respaldo teórico durante o processo de construção do diagnóstico para identificar o estágio em que a criança se encontra quanto ao nível de alfabetização por meio da evolução da escrita.

Na publicação “Necessidades educacionais especiais”, Maia (2011) nos auxilia quanto ao entendimento dos motivos que resultaram nas dificuldades de aprendizagem reveladas durante a construção do processo diagnóstico, vejamos:

...O termo deficiência intelectual é empregado quando um determinado indivíduo apresenta desempenho cognitivo abaixo do esperado para sua faixa etária e grupo cultural, com início antes dos 18 anos de idade e com prejuízo em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação, auto cuidado, vida doméstica, relações sociais ou interpessoais, auto orientação, habilidades acadêmicas, saúde e segurança (MAIA, 2011, p.20).

Sendo assim, entendemos que a criança que possui uma necessidade especial, seja de ordem motora, sensorial, cognitiva, pedagógica ou emocional precisa de muito amor, amparo familiar, escolar, especializado e de atenção. Para que possa desenvolver plenamente seu potencial biopsicossocial e realizar-se como ser humano.

3. METODOLOGIA

Conforme foi anunciado na Introdução deste artigo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. O método aplicado foi o descritivo. Antes da pesquisa de campo, foi identificada a criança com deficiência, e foi realizada uma reunião com a mãe, para explicar como seria o atendimento e sua dinâmica diagnóstica. Uma vez que ela foi esclarecida, foi assinado um Termo de Compromisso da Clínica – Escola de Psicopedagogia. Também foram realizados estudos junto a uma professora colaboradora, para apropriar-se dos fundamentos das teorias de Sampaio (2012), Visca (1991), Weiss (2006), Terra (Piaget 2015), e Ferreiro (2007).

Na pesquisa de campo, foram planejadas e executadas um total de dez sessões psicopedagógicas, que foram utilizadas para a elaboração do diagnóstico clínico, e executar sessões lúdicas, aplicar técnicas projetivas (para verificar com qual vínculo de aprendizagem a criança se identifica), realizar uma prova do realismo nominal (para identificar a hipótese do estágio de leitura e escrita da criança), provas operatórias (para identificar o estágio cognitivo da criança), jogos didáticos (para identificar vínculos de aprendizagem), atividades pedagógicas e análise do material escolar.

Findas as dez sessões foi elaborado o diagnóstico psicopedagógico, analisar e interpretar os dados colhidos durante as sessões realizadas. Os dados foram sistematizados para poder elaborar o diagnóstico psicopedagógico final. A pesquisa empírica foi encerrada com uma reunião com a mãe da criança, na qual foi dado o resultado do diagnóstico (parecer psicopedagógico devolutivo), além de realizar reuniões na escola com a mãe, a psicopedagoga e a supervisora escolar, para entregar uma cópia do diagnóstico e fornecer informações que pudessem ajudar no planejamento escolar da professora junto à criança. Cabe destacar que, mesmo tendo sido marcada a reunião na escola com a mãe, a psicopedagoga e a supervisora escolar com antecedência, a Direção da Escola não liberou à professora para participar da mesma.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO



Para composição do diagnóstico psicopedagógico, as sessões foram organizadas com duração de aproximadamente 50 minutos e realizadas conforme descrição a seguir, bem como os resultados atingidos. 1ª Sessão: Realizada com a mãe da criança, para informar acerca das normas e procedimentos adotados para realização das sessões e colher assinatura do contrato de atendimento. 2ª e 3ª Sessões: Com a participação da criança, realizou-se uma Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA), tendo como objetivo identificando quais os interesses e dificuldades apresentados para construção dos modelos de aprendizagem da criança.

Durante a realização das atividades ficou evidente a preferência da criança em realizar atividades lúdicas por meio do ato de brincar, pois não demonstrou interesse com as atividades que envolvem os conteúdos escolares.

4ª Sessão: Anamnese com a mãe da criança, com o objetivo de resgatar por meio do relato da mãe dados sobre a história de vida de R.S.N, e colher dados relevantes que venham ser esclarecedores para a composição do diagnóstico. 5ª e 6ª sessões com a criança. Sendo realizadas as Técnicas Projetivas para Investigar os vínculos de aprendizagem da criança. Foram realizadas as seguintes técnicas: **Par educativo e os quatro momentos do dia** para verificar os vínculos de aprendizagem nos domínios familiar e escolar que a criança estabelece ao longo do dia; **Família educativa, O dia do meu aniversário e Fazendo aquilo que mais gosta** para Investigar os vínculos de aprendizagem nos domínios familiar consigo mesmo que a criança estabelece ao longo do dia.

7ª sessão. Foi realizada em três momentos descritos a seguir: 1º Momento: Técnica Projetiva: Minhas Férias para observar a atividades praticadas no período das férias escolares, 2º Momento: Prova do Realismo Nominal para identificar o estágio da hipótese silábica em que a criança se encontra e 3º Momento: Sessão Lúdica: Jogo Dominó das Cores. Com o objetivo de Brincar e se divertir observando e avaliando: a concentração, o raciocínio lógico, simetria entre as cores, e a percepção espacial durante o jogo e autonomia. 8ª Sessão, na qual foram realizadas as seguintes atividades: Prova Operatória – Conservação de pequenos conjuntos discretos de elementos e sessões lúdicas com uso do Tangran e Fantoche. A sessão foi realizada em três momentos descritos a seguir: 1º Momento: Prova Operatória: Pequenos conjuntos discretos de elementos com o objetivo de identificar o nível cognitivo e se há defasagem em relação a idade cronológica. 2º Momento: Jogo com quebra cabeça do tipo Tangran com o objetivo de brincar, divertir observando a atenção, o raciocínio lógico, a memória, e as habilidades de percepção e



modificação. 3º Momento: Brincadeira de Fantoche com o objetivo de brincar, divertir, valorizar o lúdico, a criatividade e estimular o diálogo.

9ª Sessão. Atividades realizadas: Prova Operatória – Sieriação de palitos, atividade pedagógica e sessão lúdica. a sessão foi realizada em três momentos: 1º Momento – Prova Operatória, realizando sieriação de palitos para identificar o nível cognitivo e se há defasagem em relação a idade cronológica. 2º Momento – Atividade Pedagógica: História em sequência narrativa, tendo como objetivo Observar a imaginação e a percepção visual, organizar reconhecer e ordenar uma sequência narrativa. 3º Momento – Jogo com quebra cabeça dos números. Com o objetivo de brincar e divertir observando a atenção, o raciocínio lógico, a memória, e as habilidades de percepção e modificação. 10ª sessão com a mãe da criança, para entrega do parecer psicopedagógico e esclarecimentos sobre as possíveis dúvidas e encaminhamentos.

Durante a realização das sessões R.S.N demonstrou seu potencial como sendo uma criança amável, cooperativa, organizada, disciplinada, altruísta e empenhada na realização de todas as atividades. Após a análise dos dados por meio da realização das sessões psicopedagógicas, constatamos que a criança encontra-se em estágio incompatível com a sua faixa etária escolar. Pois, verificamos que os aspectos sócios emocionais revelaram maior dependência familiar e que possui pouco vínculo com a aprendizagem escolar. Com relação ao nível de leitura e escrita demonstrou sua intenção subjetiva ao interpretar o que ele escrevia, pois escrevia de forma aleatória e desproporcional a quantidade de signos para a formação das palavras. Sendo assim, a criança encontra-se no estágio Pré-silábico, caracterizado pela intenção de escrever, mas não estabelece vínculo entre o que se fala e o que se escreve. Portanto, R.S.N não se encontra no estágio adequado a sua faixa etária de escolaridade, pois o mesmo deveria estar no nível silábico, no qual a criança começa a ter consciência da relação entre a leitura e a escrita, compreendendo que cada letra corresponde ao som da fala.

Quanto ao nível cognitivo, a criança se encontra no estágio Pré-operatório intuitivo global caracterizado pelo pensamento intuitivo, pois, não consegue associar as relações entre os elementos e não conserva suas respostas. Desse modo, afirmamos que a criança não está no estágio compatível com a sua idade, pois deveria estar no estágio Pré-operatório intuitivo articulado, caracterizado pelo pensamento flexível, maior capacidade perceptiva, dando início a conservação de suas respostas diante de modificações e contra argumentações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os principais resultados da pesquisa, que precisam ser valorizados, temos: as contribuições da proposta diagnóstica, e as dificuldades que ainda existem para a inserção das crianças no sistema de ensino.

Após de realizar as dez sessões de diagnóstico psicopedagógico, podemos concluir que a proposta elaborada – que incluiu entrevista operativa (centrada na aprendizagem), sessões lúdicas, aplicação de técnicas projetivas, aplicação de prova do realismo nominal, provas operatórias, jogos didáticos, atividades pedagógicas e análise do material escolar – é altamente confiável para poder auferir o grau de deficiência de uma criança, e identificar suas habilidades, mas também as suas principais dificuldades. O potencial da avaliação diagnóstica se localiza na natureza interdisciplinar da proposta, pois permite auferir as potencialidades e identificar dificuldades que possam interferir negativamente na aprendizagem da criança deficiente.

No entanto, é preocupante o acontecido na escola, quando chegou o momento de apresentar os principais resultados do diagnóstico psicopedagógico da criança. De fato, apesar de terem participado a psicopedagoga e sua funcionária auxiliar, a mãe e a supervisora escolar, notou-se a ausência da professora da turma. Informalmente foi comentado na reunião realizada, que a professora não havia sido liberada da sala de aula para participar da reunião.

Do nosso ponto de vista, houve desinteresse de parte da Direção da escola ao não liberar aquela que cumpre uma função central dentro das instituições educacionais: orientar os processos de ensino e aprendizagem das crianças. Mesmo que a professora tenha sido informada de maneira indireta dos resultados do diagnóstico psicopedagógico da criança, a orientação do trabalho pedagógico precisava de sua presença.

As considerações tratadas nesta parte final do artigo demonstram que, para poder garantir o direito à educação das crianças com deficiência intelectual, será necessária uma participação mais atuante de todos os atores que fazem parte do cotidiano escolar. Até porque no marco deste trabalho, entende-se o direito à educação como uma proposta educacional de qualidade, socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: De alunos com necessidades especiais. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988. Versão Atualizada até agosto de 2015.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 26 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

CÓDIGO DE ÉTICA DA ABPp. Disponível em:
<http://www.abpp.com.br/leis_regulamentacao_etica.htm> Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

EDLER CARVALHO, R. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: RS: Artmed, 2007.

MAIA, H. (org.). **Necessidades educacionais especiais: coleção neuroeducação-volume 3**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

PROVA DO REALISMO NOMINAL. Disponível em:
URL <<https://pt.scribd.com/doc/60198422/Prova-de-Realismo-Nomina>> Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

SCOZ, B. J. L. (org.). et al; PINTO, Silvia Amaral de Mello (coor.) **Psicopedagogia: Contribuições para a educação pós-moderna**. 2 ed. Petrópoles, Rio de Janeiro : Vozes, 2004.

SAMPAIO, S. **Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico**. 3ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

TERRA, M. R. **O desenvolvimento humano na teoria de Piaget**. Disponível em:
<<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicações/textos/d000015.htm>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

VISCA, J. **Técnicas projetivas psicopedagógicas e pautas gráficas para sua interpretação**. 3ª ed. Buenos Aires: Visca & Visca, 2011.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.